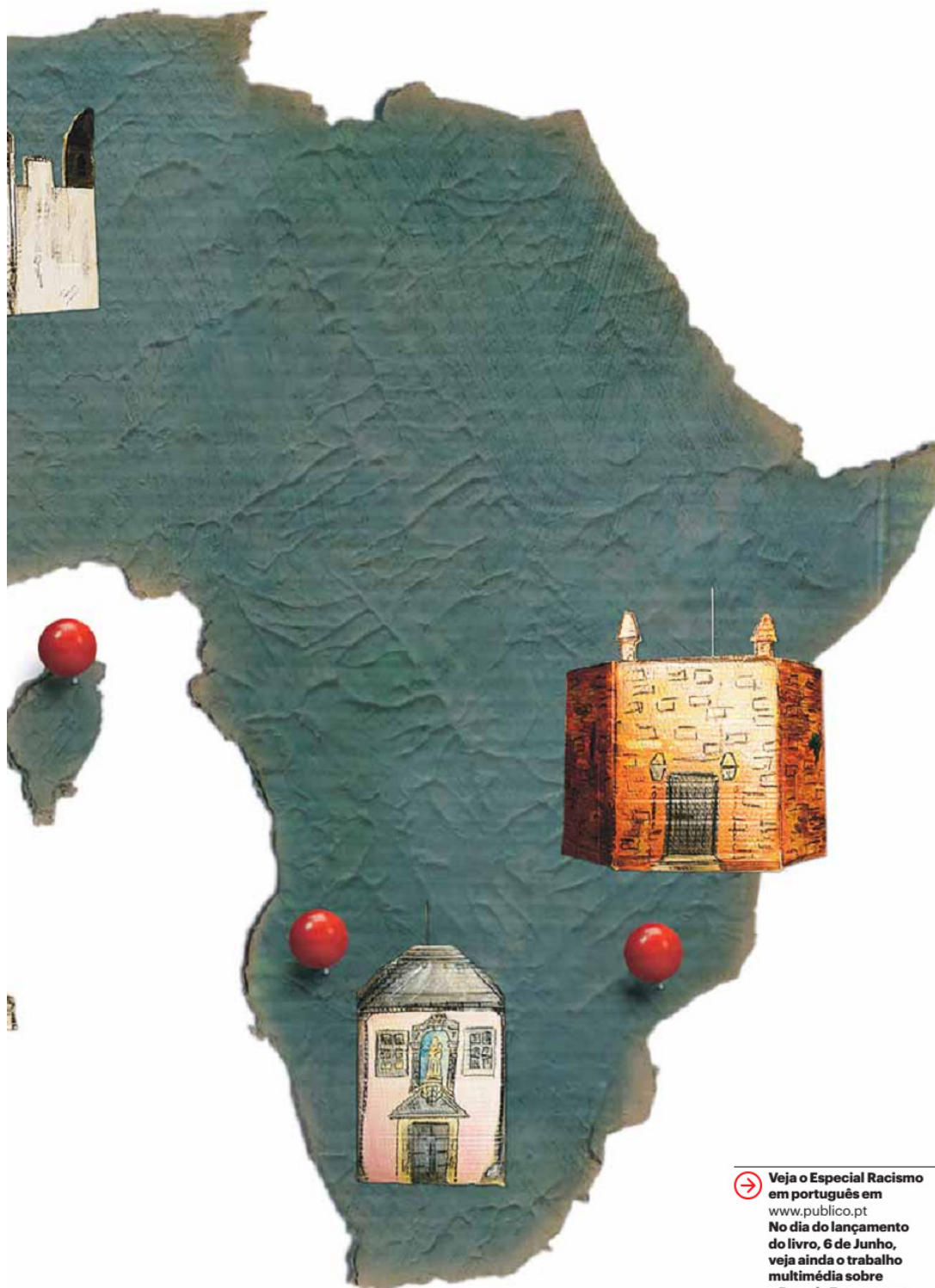


Fomos a cinco dos países fazer um percurso com historiadores locais pelos lugares da memória do comércio de escravos. É a reportagem que fecha a série Racismo em Português – o lado esquecido do colonialismo, que sai em livro no próximo dia 6 de Junho, editado pela Tinta-da-China



De Cabo Verde a Angola, na rota da **escravatura** em cinco países





**Joana Gorção Henriques,
em Angola, Cabo Verde,
Guiné-Bissau, Moçambique
e São Tomé e Príncipe**

Portugal foi o primeiro país a transportar pessoas escravizadas das Áfricas para as Américas, ou seja, foi o grande iniciador daquela que ficou conhecida como uma das maiores atrocidades da História. Iniciou o tráfico de seres humanos no século XV, algo que só teria fim oficial quatro séculos depois. É difícil apontar com rigor o número de homens e mulheres que foram escravizados ao longo deste período, mas os dados mais citados são os que apontam para que, entre 1501 e 1866, cerca de 12 milhões embarcaram de África para as Américas, com 2 milhões a ficar pelo caminho.

Condenado no Congresso de Viena, em 1815, o comércio de escravos foi abolido em 1836, mas o tráfico continuou clandestinamente. A Inglaterra decretou a abolição da escravatura em 1833, através de uma lei e de compensações financeiras aos donos de pessoas escravizadas. Na década de 1850, o marquês Sá da Bandeira decretou a abolição da escravatura em Portugal e estabeleceu um prazo de 20 anos até que os libertados fossem efectivamente livres – mas o fim oficial da escravatura deu-se apenas em 1878.

Usando as populações dos países ocupados, Portugal torna-se um dos principais actores deste comércio, seguido da Inglaterra, França, Espanha e Holanda. Os homens e mulheres eram levados para trabalhar nas plantações de algodão, açúcar e café nas Américas, transformando-se na principal mão-de-obra destas novas economias.

Alguns com mais destaque do que outros, a verdade é que todos os cinco países africanos colonizados por Portugal se tornaram fonte de produção de homens transformados em objectos e mercadoria humana. Só Angola, com o Congo, representou quase 40% do mercado de escravos.

O PÚBLICO fez um périplo pelos lugares da memória da escravatura em Cabo Verde, na Guiné-Bissau, em Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Pela mão de um historiador especialista na matéria em cada país, fazemos uma visita guiada a lugares históricos em busca de uma possível rota da escravatura. Começámos com Cabo Verde, onde se desenvolveu pela primeira vez “o marketing económico em volta do comércio atlântico de escravos”, e acabámos com São Tomé e Príncipe, onde o regime de trabalho forçado – uma variação do trabalho escravo – vigorou até à independência, em 1975. →

→ **Veja o Especial Racismo em português em www.publico.pt**
No dia do lançamento do livro, 6 de Junho, veja ainda o trabalho multimédia sobre a Rota da Escravatura



DIOGO BENTO

Cabo Verde Pelourinho

À beira-mar há restaurantes. No largo que hoje serve para vender artesanato destaca-se o Pelourinho. Passa um rapaz com peixe acabado de pescar, os turistas são assediados por vendedores. Este é um dos locais mais simbólicos da Rota da Escravatura – o Pelourinho, na Ribeira Grande, Cidade Velha de Santiago.

A primeira cidade colonial europeia a ser construída nos trópicos, como define a UNESCO – que a classificou como Património Mundial da Humanidade em 2009 –, foi um dos mais importantes entrepostos de comércio de pessoas escravizadas. Às ilhas de Cabo Verde os portugueses chegaram por volta de 1460 e o arquipélago seria transformado “num hipermercado a céu aberto de compra e venda de escravos”, diz o historiador Charles Akibodé.

Começamos pelo Pelourinho, que se tornou “um instrumento de imposição do poder na segunda metade da Idade Média nos mercados em França, Alemanha, Portugal e Espanha”. Chega a Cabo Verde como símbolo para “julgar e castigar os escravos”, continua. No Pelourinho, os escravos serão enforcados e chicoteados.

Nessa altura, o espaço da Cidade Velha era estruturado em volta da arquitectura militar, religiosa e civil, um conjunto de casas comerciais chamadas “sobrados”, onde estamos hoje. “É a primeira vez” que se “constrói arquitectura portuguesa” num lugar a sul do Sara, afirma o historiador.

O gesto de trazer o Pelourinho para o meio do mercado “vai ser dos elementos mais dolorosos do comércio atlântico de escravos”, continua o historiador. “O facto de



Há várias teses que dizem que os africanos venderam os seus próprios irmãos, mas temos de rever: de quem era a iniciativa desse comércio? Era uma iniciativa exclusivamente europeia Charles Akibodé

essas pessoas serem castigadas em público era uma pena extremamente dolorosa, mais moral do que fisicamente, porque em África não se castigava em público.”

Apointando para o porto, Charles Akibodé descreve os barcos que atracavam “ali”, chegando quase vazios da Europa, com pedras e outros materiais, como lastros nos porões. “Havia pessoas que iam caçar os escravos no continente africano e esses escravos eram trazidos para aqui.”

O arquipélago torna-se uma porta de entrada e de saída de escravos. E nasce, como país, “num contexto especial de mudança da economia atlântica, da economia mundial, ou melhor, da economia-mundo”, onde se fazia “a inclusão de uma nova mercadoria que era o escravo negro”.

Mas o historiador defende que a população africana sempre desenvolveu técnicas de resistência a esse domínio, começando pelo uso do tambor como meio de comunicação – instrumento que, por isso mesmo, será proibido pelos portugueses. “Quem tocava tambor era castigado aqui no Pelourinho. Havia castigos mais avançados como cortar as mãos dos tocadores de tambor. As mulheres usavam o seu corpo para tocar tambor, e hoje o batuque faz parte da memória colectiva de Cabo Verde.”

Além do batuque e do tambor, houve outro conjunto de mecanismos, como a criação da língua crioula, “que vai salvar o povo contra a escravatura”, defende. “Era uma luta passiva e a língua vai permitir construir novas ideias, novas referências, uma nova cultura.” O historiador de origem senegalesa defende mesmo que foi a partir de Cabo Verde que nasceu a palavra e a língua crioulas, língua essa que

vai ser transportada para as Américas, Jamaica, Martinica. “Hoje, os especialistas já demonstraram que a estrutura linguística do crioulo português, inglês ou francês é a mesma, e [todos] nasceram no contexto do comércio atlântico de escravos que começou em Cabo Verde.”

Outro aspecto da resistência passiva vai ser o recurso à utilização do “nome de casa”, refere: o nome afectivo de relacionamento social, que secundariza o nome de baptismo, e se torna muito importante na memória colectiva.

“Quando falamos do escravo, pensamos que é uma pessoa apática, mas o escravo é um ser realmente dinâmico que conseguiu introduzir várias transformações”, enquadra.

Igreja Nossa Senhora do Rosário

Situada num vale, que se enche de verde numa ilha marcada pela seca, a Ribeira Grande tornou-se a primeira capital de Cabo Verde e a sede da primeira diocese da costa ocidental africana. Uns poucos metros para o interior chega-se à Igreja Nossa Senhora do Rosário (1495). Era aqui que se dava o baptismo de escravos. Diz a placa à porta do edifício de arquitectura gótica, um dos raros exemplos em África, que é o edifício mais antigo da Ribeira Grande ainda existente. Foi edificada em nome de Nossa Senhora do Rosário, padroeira dos homens negros, informa ainda.

“A Cidade Velha vai ser estruturada em volta do conjunto arquitectónico religioso”, contextualiza o historiador, em frente ao edifício de paredes brancas. Neste local serão construídas muitas igrejas, tantas que levam Charles Akibodé a questionar: porque é que isso aconteceu “neste espaço perdido, com tanto calor”? Responde: “Porque pela primeira vez vai ser desenvolvido o marketing económico em volta do comércio atlântico de escravos. Vai haver dois tipos de escravos: os boçais – os que são pouco esperados, brutos – e os ‘ladinizados’ – os ‘baptizados’, mas na realidade, os mais vocacionados para a agricultura de plantação. O preço do escravo boçal era mais baixo. As confrarias religiosas europeias vão chegar aqui a Cabo Verde para construir igrejas e captar imposto em volta desse marketing económico.”

O papel da igreja no início era entrar no comércio de escravos, e Cabo Verde vai ser transformado em “laboratório”: “Nesta rua vai haver seminários, conventos para formação de escravos que serão reutilizados em África”, aponta. Entre 1467 e 1530, os escravos saem de Cabo Verde em direcção à Madeira, Portugal, Canárias, e depois da abertura do Brasil dá-se uma nova dinâmica.

Sé Catedral

É preciso subir a encosta para chegar até à Sé Catedral. Está em ru-

ínas mas consegue-se perceber a monumentalidade do edifício que começou a ser construído em 1556 e que só seria terminado por volta de 1700 devido a vários contratempos, entre eles, várias crises na Igreja. É, porém, a primeira catedral a ser construída na costa africana por ordem de frei Francisco da Cruz, terceiro bispo de Cabo Verde.

Daqui vê-se a imensidão do mar, e vê-se também parte da cidade. As casas à volta mantêm o estilo colonial português. Diz a placa à entrada que as pedras usadas para a sua edificação vieram de Portugal. “Por que razão, nesse espaço atlântico perdido no meio do nada, há a necessidade de construir uma catedral gigantesca?”, questiona o historiador. “Isto acontece porque o financiamento para a construção das casas, das igrejas e da Sé vem exclusivamente desse comércio de escravos.”

Charles Akibodé conduz-nos agora ao exterior da Sé e aponta:

“O que é interessante neste espaço é que a pia baptismal gigantesca, que devia ficar em frente do altar, estava na rua. Isso mostra que o baptismo dos escravos era industrial: os escravos eram baptizados fora, não tinham o direito de entrar na Sé Catedral. Demonstra que o baptismo era mais económico do que de fé.”

Fortaleza de São Filipe

Sobe-se ainda mais a encosta para chegar à Fortaleza de São Filipe, erguida a partir dos anos 1580, “o único sistema defensivo construído na Cidade Velha para defender o comércio dos escravos”, segundo Akibodé.

“A partir de 1470, Cabo Verde vai ser dos lugares mais defendidos no continente africano, porque o comércio vem logo cedo chamar a atenção dos piratas. O sistema de pirataria dos corsários era uma forma militar de defender a economia de um país, mas também de se revoltar contra outro país. Quando Portugal começou a ter problemas com Inglaterra logo a partir de 1545, um dos primeiros piratas que chegou a Cabo Verde é John Hawkins. Não estava aqui por iniciativa própria, mas enviado por Inglaterra para destruir a economia de Portugal no comércio atlântico.”

Um dos segundos maiores piratas da história mundial, Francis Drake, ataca várias vezes Cabo Verde “para enfraquecer a economia portuguesa”. Há ainda relatos de outros piratas que atacaram a cidade, como Jacques Cassard, por exemplo.

No entanto, a partir do século XVII, o continente africano vai mudar de mãos, lembra o historiador, e pouco a pouco Portugal vai sendo expulso. Nesse contexto, a França, Holanda e Inglaterra “entram com novo apetite”. O comércio atlântico de escravos torna-se mais feroz.

É entre o século XVII e XIX que se dá o maior êxodo de africanos do continente, nomeadamente de Angola e do Congo. O algodão, o arroz e o milho vão revolucionar a economia dos EUA e da América Latina, e então quase todo o continente africano vai ser estruturado para o escoamento dessa nova força de trabalho. “Essa especialização de Cabo Verde como transformação do escravo [de boçal em latinizado] vai ser muito importante até ao século XX.”

A participação de africanos no comércio transatlântico foi uma realidade. Charles Akibodé afirma: “Há várias teses que dizem que os africanos venderam os seus próprios irmãos, mas temos de rever: de quem era a iniciativa desse comércio? Era uma iniciativa exclusivamente europeia. A demanda e a oferta eram dirigidas a partir de uma necessidade estritamente europeia. A estruturação desse mercado era dirigida pelos europeus. Dizer que os africanos entravam nesse comércio por necessidade é perder de vista essa questão de comércio atlântico de escravos ser uma necessidade exclusivamente ocidental.”

Angola

A vista é ampla e há até uma imagem onírica de um barco a atravessar a água. O céu está muito azul neste dia de Abril, e só com alguma dificuldade conseguimos entrar no edifício do Museu da Escravatura, pois está tudo a ser preparado para uma visita do Presidente José Eduardo dos Santos.

Situado no Morro da Cruz, uma zona fora da cidade de Luanda, o museu fica na capela da casa de uma família escravocrata que mantinha no quintal os escravos capturados

no interior do país – era denominada “Capela da Casa Grande”. Funcionou como base do tráfico até à abolição da escravatura.

No pequeno edifício podem agora ver-se objectos que tiveram diferentes usos: as grilhetas ou esferas em ferro, que serviam para prender os escravos; as palmatórias (um pau em madeira com um disco redondo na ponta e cinco furos), que serviam para bater; e materiais usados nas travessias do Atlântico, como painéis de ferro e alambiques. Há também painéis que reproduzem cenas do período da escravatura.

Museu da Escravatura

“O Museu da Escravatura é um baptistério”, contextualiza o historiador Simão Souindoula. “Os escravos eram baptizados, uma prática que visava a sua evangelização. Isso deu um formato cristão a Angola.”

Calcula-se que tenham saído de Angola, entre 1501 e 1866, quase 5,7 milhões de escravos (segundo a base de dados americana Atlantic Slave Trade). O país foi uma das grandes fontes emissoras de comércio de escravos desde o século XV até meados do século XIX. E a Igreja Católica desempenhou um papel importante não só na latinização de escravos, mas no seu comércio.

Na Baixa de Luanda fica um dos lugares marcantes da Rota da Escravatura: a Igreja do Carmo, construída no século XVII. “Depois do abandono do zimbo, uma moeda antiga, começaram a usar uma moeda viva – os homens”, diz Simão Souindoula. “A Igreja não escapou nesse movimento. Aqui havia um quintalão de escravos, que é a ‘reserva’, o ‘banco central’”, aponta. “Eram cambiados com os produtos que os padres precisavam – este é

Depois do abandono do zimbo, uma moeda antiga, começaram a usar uma moeda viva – os homens Simão Souindoula



um exemplo da articulação da Igreja com o tráfico de escravos.”

Pela Igreja do Carmo passaram milhares de escravos, muitos vindos do interior. Luanda era uma cidade escravagista. A relação da Igreja Católica com a escravatura era comercial, sublinha. “A Igreja fazia parte do corpo económico da cidade, também precisava de escravos domésticos; como em toda a parte, houve esta ligação fatal. A Igreja tinha consciência de que esta prática não era humana. O Vaticano também queria a evangelização e um dos meios era utilizar os escravos como cristãos.”

Palácio Dona Ana

Dona Ana Joaquina foi uma das maiores escravocratas da Angola do século XIX. Era uma mulher poderosa em Luanda, filha de um português e de uma angolana. “A escravatura era um negócio muito lucrativo e ela conseguiu construir um palácio à altura dos meios de um estado. Pode ver-se a potência financeira que ela tinha”, diz o historiador, mostrando o enorme edifício que hoje funciona como Tribunal Provincial de Luanda, bem na Baixa da cidade, e que substituiu a casa original, através de uma cópia.

O palácio chegou a ter um quintalão em frente à escadaria. “As más-línguas dizem que havia um túnel que saía daqui até às portas do mar, mas julgo que não é verdade”, comenta o historiador. Simão Souindoula faz a descrição do que acontecia naquele edifício: “Passaram pelas mãos dela milhares de escravos. A casa é bem posicionada para as Portas do Mar. Ela fazia festas [no andar de] cima e, quando o barco chegava, mandava os escravos.” Os escravos saíam do palácio directamente para o embarque.

Dona Ana também tinha quintas. Era uma negociante do ramo de pecuária, continua o historiador. “Ficou bastante forte na memória dos angolanos porque continuamos a chamá-la ‘dona’ em vez de ‘escravocrata’. Foi uma das mulheres que resistiram à abolição da escravatura. Chegou a escravocrata por jugo da herança do marido.”

Portas do Mar

As Portas do Mar ficam em frente à Alfândega, hoje uma zona requalificada com palmeiras e gente a correr de manhã à noite. Era um porto de embarque de escravos, “um local histórico porque aqui aconteciam todas as revoltas possíveis”, comenta o historiador. Quando embarcava, “o escravo não sabia para onde ia, ia para o ‘Calunga’ – o infinito, como dizemos em Angola. Então, havia revoltas e suicídios neste sítio”.

Quanto valia um escravo, Simão Souindoula não sabe, mas diz que o preço era feito de acordo com os negociantes. Quem vendia? “Os co-

mandantes militares, negociantes, administradores, o próprio governador, que tinha tropas.”

Luanda era uma cidade escravagista. Por isso, quando se deu a abolição da escravatura, “as pessoas disseram: ‘Vamos viver do quê, se não produzimos nada?’”

A maioria dos traficantes de escravos era portuguesa e capturava os escravos “com a ajuda dos angolanos, os ajudantes no interior”, pois “não era fácil pegar nos escravos porque era preciso lutar, fomentar guerras”, conclui.

Fortaleza

Passamos agora para a Fortaleza. Estamos em frente da enorme estátua da Rainha Nzinga/Ginga (1582-1663), que guarda a entrada. A cultura é apenas um retrato provável desta mulher sobre quem “as más-línguas dizem que tinha um feitiço”.

A Fortaleza é também Museu da História Militar de onde se consegue facilmente controlar a cidade, hoje com prédios altíssimos em construção mesmo em frente.

O “retrato provável” da Rainha Ginga foi construído em Paris dois séculos depois da sua morte, “o que é extraordinário para um africano”, nota o historiador. “Era uma mulher terrível, tinha uma vida militar, guerreira”, diz sobre esta “dupla soberana”: rainha do reino Ndongo e depois do reino da Matamba (Norte de Angola).

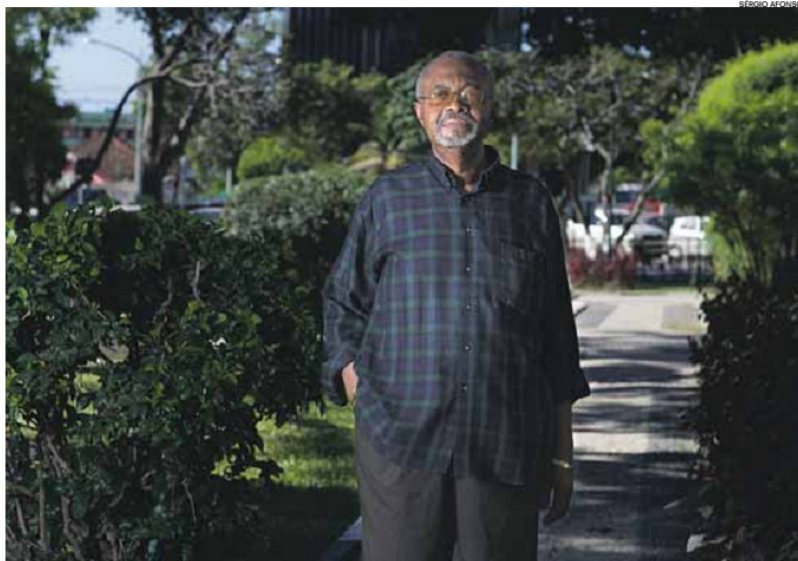
Era uma mulher do seu tempo, do século XVII, sobre quem se escreveram vários mitos, como andar “com uma mala com os esqueletos dos seus antepassados”. Há várias obras sobre Ginga, incluindo filmes e livros. “Era uma mulher formada na corte que vai defender as suas terras, usando os meios que tinha e fazendo aliança com os reinos africanos”, continua o historiador. Convertida ao cristianismo, morreu com o seu nome católico, Ana.

Uma das razões da idolatria por esta escravocrata é o facto de ter também combatido os portugueses. Ficou famosa a história (mito?) de ter pedido a uma escrava para servir de banco num encontro que teve com o governador português, de modo a ficar ao mesmo nível de altura dele. “Foi um episódio interessante. Ela tinha consciência dos desafios”, conclui o historiador.

Baleizão

No largo onde ficava o Baleizão há um edifício verde-claríssimo com a tinta a descascar. Em frente aos pequenos cafés onde se vende cerveja estão pessoas sentadas, apesar da chuva. Nestes sobrados dos séculos XVII, XVIII e XIX, funcionava um grande mercado – um local natural para o efeito porque era seguro e vigiado pela tropa a partir da Fortaleza, que ficava mesmo em cima, lembra o historiador.

Ali moravam traficantes e →





comerciantes, havia quintalões, e esta disposição permitia manter os escravos cativos por dois, três meses. Comerciantes e escravos não moravam juntos, mas ao lado uns dos outros, “porque os traficantes tinham de cuidar da saúde e do aspecto dos escravos para ter uma mercadoria saudável, capaz de atravessar o Atlântico”, já que “15 a 20 por cento dos escravos se perdia por causa das condições de viagem, muito difíceis”.

Um terço dos escravos eram crianças, o que aumentava a gravidade do crime, nota o historiador. Alguns cálculos dizem também que outro terço eram mulheres, por serem consideradas “uma mercadoria dócil” que não representava perigo de rebelião nos navios. Cada navio levava 250 a 300 escravos. Era necessária uma vigilância sobre eles para não haver distúrbios, e por causa da saúde. Quando havia doenças contagiosas, como disenteria, os que estavam doentes eram despejados no mar, lembra. Daí as estatísticas gerais darem conta de dois milhões de escravos terem ficado pelo caminho.

Guiné-Bissau

Porto de Cacheu

Quando se chega ao porto de Cacheu, cidade no Noroeste da Guiné-Bissau, avistam-se poucas pessoas nas ruas mas muitas crianças a brincar no pontão que entra pelo rio adentro. Chove, chuva intermitente de Setembro, e a cidade de Cacheu está cinzenta. Há um café-restaurant que serve uma ou outra refeição, mas parece abandonado. Um grupo de homens partilha um peixe. Esta cidade – que chegou a ser capital da Guiné-Bissau e que fez parte da zona dependente de



As pessoas eram escravizadas porque tinham sido presas numa guerra, eram de castas inferiores, tinham dívidas que não podiam pagar
Leopoldo Amado

Cabo Verde até ser criada a Guiné Portuguesa, em 1879 – serviu de emissora de escravos. Para isso foi até criada a Companhia de Cacheu no século XVII.

Cacheu é um dos pontos que os portugueses escolheram para fazer comércio ao longo da costa africana, trocando ou vendendo os seus produtos. Tornou-se dos principais portos “em termos de resgate de escravos”, afirma o historiador Leopoldo Amado.

A partir de Cacheu controlava-se o negócio das zonas vizinhas – e todas elas contribuíram para que o comércio dos escravos florescesse, continua o historiador. Era em Cacheu que vivia o capitão-mor e os comerciantes portugueses, situação que se manteve praticamente durante todos os anos que durou a escravatura. O resgate efectuava-se em Cacheu e noutros pontos criados para favorecer o negócio. Os portugueses traziam barras de ferro, tecidos, bugigangas e, mais tarde, álcool. Em contrapartida, recebiam escravos, pimenta e couro.

Para esse comércio, havia intermediários entre os armadores e os régulos africanos. Eram os grandes comerciantes que residiam em Cacheu e que aí operavam, no quadro dos privilégios régios concedido aos moradores de Cabo Verde. Ali viviam também os “lançados” – homens brancos, “alguns deles de origem judia” que, à revelia das autoridades da época, funcionavam como intermediários, por serem perseguidos na Europa ou condenados. Acabavam, assim, por encontrar forma de ganhar a vida através do comércio de escravos. É, pois, neste quadro que quer os capitães-mores quer os poderosos comerciantes se queixavam muito dos “lançados”, com quem eram

obrigados a partilhar os dividendos do comércio.

Aliás, não eram os moradores portugueses de Cacheu que iam capturar escravos, continua. “Os reis locais e as elites africanas da altura comercializavam directamente com os moradores ou através dos ‘lançados’. Os comerciantes, por sua vez, comercializavam também com os negreiros.”

Na época, o nome “lançado” estava ligado “ao indivíduo que se vende a si próprio, sem moral, descaracterizado e que conseguia viver nas matas, no sertão”. “Há relatos de esses indivíduos ficaram completamente cafricanizados (africanizados), facilitando um maior lucro com este negócio.”

Os guineenses comercializavam com negreiros portugueses e de outras nacionalidades, mesmo quando a lei régia o proibía. Logo, existia uma constante tensão entre os moradores e as autoridades. “Era um negócio rentável. [Os escravos] valiam algum dinheiro. Eram ladinizados em Cabo Verde, por via de regra; depois eram transportados para as Índias Ocidentais, onde valiam muito mais. Em Cacheu houve uma ténue ladinização, pois também se comercializavam directamente escravos com os armadores estrangeiros.”

O aparecimento das grandes companhias de navegação e comércio – entre as quais, a Companhia de Cacheu e Rios da Guiné (1676), a Companhia de Cabo Verde e Cacheu (1690) e a Companhia do Grão-Pará e Maranhão (1755), que obtiveram todas o exclusivo do comércio desta região – “contribuiu igualmente para a decadência das ilhas de Cabo Verde”, conclui Leopoldo Amado.

Igreja de Nossa Senhora da Natividade

Um dos locais onde se fazia a ladinização era na Igreja de Nossa Senhora da Natividade, do século XVI, considerada a primeira igreja portuguesa erigida na costa ocidental africana. Ficou danificada no século XVII devido a cheias no rio e já foi reabilitada várias vezes, segundo Leopoldo Amado, mas hoje em dia está bem conservada. É um ponto de peregrinação dos católicos da Guiné-Bissau. “Chegou-se a converter 600 a 800 africanos aqui num dia”, afirma o historiador.

Houve um período de muita fome em Cacheu, e a maior parte dos escravos morreu por falta de alimentos e por doença. Algumas vezes em Cacheu criticaram os comerciantes dizendo que maltratavam os escravos.

“Mandaram uma representação à coroa queixar-se. O que prevalecia era a ideia de lucro. Os escravagistas criaram toda uma teoria de que era preciso primeiro cristianizar, salvar a alma, e salvando a alma se

justificava tudo o resto. Aos olhos da época, isto amenizava os maus tratos e outras coisas que pudessem ser moralmente condenáveis.”

As ruas em Cacheu são hoje feitas de terra encarnada e muitas das casas baixas têm uma arquitectura de estilo colonial. Algumas são do século XVI e XVII, edifícios “pomposos para a altura”, como nota o historiador. Isso demonstra a riqueza que existia na cidade. “Os comerciantes são poderosos, têm bastantes posses e dão-se ao luxo de contrapor o capitão-mor, autoridade máxima da coroa portuguesa”, continua o historiador. Há relatos de que alguns moradores tinham as suas próprias peças para se defenderem e que andavam constantemente de costas voltadas para o capitão-mor. No entanto, a Revolução Francesa defendera os conceitos de liberdade, igualdade e fraternidade entre os homens e as transformações industriais dos séculos XVIII e XIX condicionaram positivamente o movimento antiesclavagista, afirma.

“Esse comércio diminuiu, até acabar na segunda metade do século XIX, altura em que Portugal tentou reorganizar a economia da Guiné recorrendo aos produtos tropicais, sobretudo ao óleo de palma e ao amendoim. É nesse sentido que costume dizer que Cacheu é, hoje em dia, uma sombra de si própria, ou seja, fruto de um ciclo de comércio de escravos que se encerrou e que apenas sobrevive pela grandeza desse passado.”

Fortaleza de Cacheu

A Guiné-Bissau foi uma colónia de exploração, não de fixação, diz Leopoldo Amado. Era um território que alimentava o comércio de escravos de Cabo Verde – o arquipélago prosperou devido ao comércio que saiu daqui, defende.

Os portugueses estiveram no país através da administração, mas nunca houve uma “política de conquista e fixação na medida em que o desempenho económico de África era mínimo (ao contrário do que acontecia com o Brasil e o Oriente) e a resistência dos povos africanos ao avanço europeu também contribuía para a fraca ocupação do terreno”, lembra. Por isso “os portugueses tiveram imensas dificuldades em se estabelecerem nesses pontos”. Portugal “nunca conseguiu” ter o “domínio exclusivo” do comércio de escravos “destes rios da Guiné”. “Era preciso criar um forte para disuadir as investidas dos espanhóis, franceses, e mesmo holandeses.”

Os moradores eram constantemente assaltados e a guarnição portuguesa era insuficiente para fazer face às investidas de outras potências coloniais: assim se criou o Forte de Cacheu em finais do século XVIII. Situado mesmo à beira do rio Cacheu, e hoje ostentando estátuas de várias figuras históricas

cas trazidas de outros locais, como a de Honório Barreto, governador da Guiné-Bissau, o forte mantém os canhões apontados para vários lados, e para o rio.

Lá dentro, neste pequeno quadrado, cresceu o capim. “O forte era para ser mais robusto”, lembra o historiador.

“Começou a ser concebido depois de 1640 porque a coroa tinha problemas financeiros. Foi nomeado o capitão-mor chamado Gambôa [de Ayalla] que tinha como missão principal construir este forte porque era fundamental para defender as posições portuguesas e proteger os moradores.” A construção passou inclusive por casos de corrupção e desvios de dinheiro, que não permitiram que fosse construído na devida altura, revela.

“De qualquer forma, nota-se que o local escolhido tem um ângulo para poder fazer face a investidas marítimas de outras potências coloniais, quer a montante, quer a jusante do rio. Mas é também um forte com canhões virados para a povoação, fazendo antever a possibilidade de as autoridades portuguesas serem atacadas pelos africanos. Isto acontecia amiúde, e os africanos chegavam ao ponto de humilhar e exigir tributos aos moradores.”

No entanto, em geral, o forte conseguiu dissuadir várias investidas e permitiu que o resgate de escravos pudesse florescer: Leopoldo Amado julga que se chegaram a cerca de 3 mil escravos por ano.

“Se considerarmos que esse resgate durou cerca de três séculos, estaremos em condições de dizer que este forte permitiu que pudessem sair cerca de um milhão de escravos de Cacheu e de povoações

vizinhas. Por isso, a importância de Cacheu sobreviveu até aos nossos dias através da história lendária das suas grandes famílias que prosperaram e se multiplicaram.”

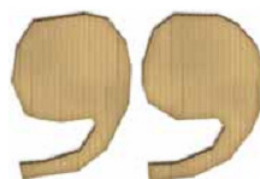
Moçambique

Em Moçambique, várias cidades foram emissoras de escravos, nomeadamente a Ilha de Moçambique, em tempos capital do país. Em Maputo, antiga Lourenço Marques, há a Fortaleza, que ainda conserva o muro de tijolo laranja. Fica junto ao Porto de Pesca e lá dentro está a estátua de Mouzinho de Albuquerque, governador de Moçambique entre 1896 e 1897. Está também conservado o símbolo máximo deste tipo de edifícios: o canhão, para defender e atacar.

A Fortaleza de Maputo é um marco da presença colonial. Era uma forma de proteger a cidade e de controlar o comércio de escravos. Benigna Zimba, historiadora, lembra que a presença colonial portuguesa em Moçambique começa entre 1497 e 1505, e isso significa uma presença nos portos – em Maputo, conhecida por “baía Lourenço Marques”, ou “Lagoa Bay”; em Inhambane; em Quelimane, na Ilha de Moçambique, no Norte –, “onde havia pouco controle da presença colonial”. Mas a instalação da administração portuguesa não se deu antes dos finais do século XVIII, princípios do século XIX. “Os portugueses eram corridos”, afirma.

Não existem dados certos sobre o número de escravos que saíram de Moçambique, mas a historiadora refere exemplos que dão uma ideia da dimensão do tráfico: num ano registou-se a saída de 15 a 20 mil escravos. “Genericamente, podemos

A submissão não desaparece em 40 anos, a colonização mental não desaparece em 40 anos. Há sempre sequelas Benigna Zimba



dizer que nos primeiros anos do século XIX houve uma saída maciça de escravos.” A zona de Moçambique representou, de resto, quase 5% do comércio, segundo fontes como o historiador Paul Lovejoy.

No final de século XVIII, saíram escravos baptizados de Moçambique, e isto facilitou os registos porque nessa altura tinha de se lhes atribuir um nome. Ter um nome e ser baptizado era o “estatuto mais elevado” para alguém que não era considerado um ser humano: “Escravo é o que perde a qualidade de pessoa, tem marca como se fosse boi, mercadoria”, diz a historiadora. “Quando era vendido, era colocado numa hasta, viam-se os dentes, como se fosse um animal.”

É de notar que “a economia escravista tem um período de duração curto”, diz Benigna Zimba, “porque as pessoas morrem, é preciso ter novo sangue e não é fácil”. Daí a necessidade constante de se arrasar cidades e vilas, de resgatar escravos para alimentar o tráfico.

Museu da Moeda

A partir do Forte, caminhamos um pouco até chegarmos ao Museu da Moeda, na Baixa. Grupos de estudantes entram e saem do edifício amarelo, de um andar, um dos mais antigos da cidade (1787). Numa das salas distribuem-se mapas, imagens que fazem alegorias às situações de troca entre moçambicanos e portugueses, moedas expostas em vitrinas. Num dos mapas vê-se o território do império colonial português. Lê-se: “A força do trabalho e a vida dos camponeses era exportada em troca de patacas para enriquecimento das Américas e ilhas do Índico.”

Quando a administração portuguesa chegou, foi encontrando “certo tipo de escravatura”, a escravatura doméstica, exemplifica a historiadora, em que uma família entregava um filho a algum compatriota por causa das condições económicas com o objectivo de ali ser criado: “Não vive necessariamente como escravo que perdeu a propriedade de pessoa, é para trabalhar para alguém.”

Benigna Zimba comenta, apontando para um quadro com o desenho a preto e branco onde há um pequeno barco com vários homens: “Estas imagens são ilustrativas daquilo que era o comércio de escravos. Estamos a ver o barquinho pequeno, que não pode levar muita gente, mas atrás vemos uma embarcação maior. O barquinho pequeno era providenciado pelos chefes locais. [Os que partiram daqui] foram levados com a convicção dos chefes locais.”

Estamos agora junto a uma vitrina com várias moedas utilizadas em Moçambique. Benigna Zimba tem um livro na mão com o registo de venda de escravos. Em 1760, uma escrava e a filha são vendidas por

cinco meticais, cinco tangas – “um bom preço”, sublinha.

Por causa da sua função reprodutiva, as mulheres tinham um valor um pouco mais alto, diz a historiadora. Eram também mais fáceis de capturar.

“A partir do momento em que a mulher tivesse um filho, assume-se que vai crescer e ser outro escravo. A mulher escrava, quando entrava no barco, tinha outros problemas, como ficar mais vulnerável a todas as vicissitudes da viagem, a ficar sem água; se estivesse grávida, com um bebé pequeno, o nível de mortalidade e probabilidade de não chegar ao destino era maior.”

Para a historiadora, o papel da mulher na escravatura foi extremamente interessante, “na medida em que ela não se faz de vítima”: no processo de captura, para evitar ser violada e violentada, para evitar que lhe matassem os filhos e o marido, acabava por se entregar, dizem vários relatos. “Há um papel vitorioso da mulher”, nota, porque, quando os escravos estavam a ser vendidos, os comerciantes e os potenciais compradores batiam nos escravos, testando quem chorava – e “quem mais chorava significava que era menos forte”. “A mulher, ao apanhar, acabou por arranjar uma maneira de chorar para dentro. Essa maneira de chorar fica até aos dias de hoje: chora pelo coração, chora sem berrar, chora sem dizer palavras.”

Também em Moçambique a Igreja Católica ficou associada à colonização portuguesa como o seu “braço direito”, com os escravos a ser abençoados pelos padres. Mesmo no século XX, o trabalho forçado teve a convicção da Igreja. Sublinha ainda que parte da Catedral de Maputo, de 1936, foi construída recorrendo ao trabalho forçado – uma continuidade do trabalho escravo.

“Falamos de um legado e esse legado é ideológico. Acabou a escravatura e o trabalho forçado, mas ficou uma mentalidade, e uma forma de submissão que é transmitida intrinsecamente de geração em geração – e isso até hoje, para determinados sectores sociais, ainda existe. A submissão não desaparece em 40 anos, a colonização mental não desaparece em 40 anos. Há sempre sequelas. Ao nível da mentalidade, de pensar: a maneira como a pessoa [se] senta, anda.” Em Moçambique há danças e mímicas ligadas à colonização. “Ainda dançamos a retratar o que foi a escravatura. A escravatura ainda está na cultura. Há sempre algo que subsiste, que não se tira com tratados.” Isto aplica-se à própria realidade moçambicana e às dinastias que tiveram fortes laços com o sistema colonial. Não é fácil fazer com que um descendente de régulo – regra geral, um “chefe negro moçambicano nomeado pela administração colonial para →



MANUEL ROBERTO



gerir uma região” – entenda que o progenitor era “um grande escravocrata”.

“Muitos de nós, moçambicanos, não sabemos que foram compatriotas que participaram e tiveram um papel crucial sem o qual os portugueses não tinham como caçar escravos. Já vimos que à frente das caravanas está sempre um africano. Há uma elite [africana] que beneficiou do comércio de escravos.”

São Tomé e Príncipe

O carro já andou em curva e contracurva, passando por localidades que parecem abandonadas. À beira do Atlântico muito azul, a estrada leva-nos até ao Nordeste da ilha de São Tomé, a Anambó, um nome que foi dado pelos colonizadores.

Por causa da situação geográfica, com possibilidade de entrada dos navios, a zona foi favorável à entrada dos portugueses, diz a historiadora Nazaré Ceita. E há inúmeras discussões sobre a data de chegada dos portugueses: uns dizem ter sido em 1471-72 e outros em Dezembro de 1470, tendo como protagonistas nesta entrada Pêro Escobar, João de Paiva e João de Santarém – com eles vieram padres e alguns escravos africanos, lembra a historiadora, pois este seria também um local de passagem dos escravos para o outro lado do mundo.

Com os primeiros portugueses, chegaram os primeiros escravos recrutados da costa africana, a 380 quilómetros, continua Nazaré Ceita.

“São Tomé e Príncipe é onde os portugueses aplicam uma colonização inédita, quer da população, quer das plantas necessárias a essa colonização. Sendo uma zona baixa, é o local onde se estabelecem os primeiros engenhos de açúcar.



Aqui era uma espécie de zona de engorda dos escravos para partirem para o Novo Mundo. Alguns ficavam, a maioria ia Nazaré Ceita

Nessa altura havia escravos recrutados da zona do Calabar, da zona da Baía dos Escravos, perto na Nigéria, perto da Costa do Ouro, dos Camarões.”

O primeiro desembarque dos portugueses foi num largo junto ao mar, marcado por um pequeno padrão, uma coluna envolta numa vegetação luxuriante. Nesta área estabeleceram-se os primeiros colonizadores e os escravos que trabalharam nas plantações de açúcar. “Até ao século XVIII temos uma verdadeira movimentação à volta da cultura da cana-de-açúcar, muito vendida nos mercados portugueses.” Mas a cana-de-açúcar chegava ao mercado português com muitos problemas de qualidade e isso terá estado na origem do abandono deste cultivo, nota ainda Nazaré Ceita.

Embora não consiga precisar os números, calcula-se que tenham passado por São Tomé e Príncipe milhares de escravos em direcção às Américas. Desde o início que esta é uma sociedade escravocrata – os escravos vinham para se ladinizar, outros seriam transferidos para o Brasil, para os mercados da Bahia ou Rio de Janeiro, continua. “Aqui era uma espécie de zona de engorda dos escravos para partirem para o Novo Mundo. Alguns ficavam, a maioria ia – mas falo numa fase posterior, no século XVIII.”

Uma das particularidades de São Tomé e Príncipe é que, segundo Nazaré Ceita, desde o início da colonização que os relatos e fontes falam da pouca pacificação dos escravos e do poder instituído. Tornam-se frequentes as notícias de escravos fujões, que aos poucos vão para a zona do pico.

“Pensa-se que os escravos fujões tenham constituído o grupo dos angolares de quem se fala como

grupo enigmático de São Tomé e Príncipe. Há imensos relatos, sobretudo a partir do século XVI, de revoltas de escravos que combinavam o queimar dos engenhos e outros distúrbios. A revolta mais conhecida é a revolta chefiada por Amador, que, sendo um célebre escravo, é educado pelos colonizadores – sabia escrever, conhecia o exército. Tornou-se uma revolta internacionalmente conhecida. Foi em 1545 e durou cerca de um ano – chegou quase à beira da cidade de São Tomé.”

Largo das Alfândegas

Estamos agora no antigo Largo das Alfândegas, onde desembarcavam pessoas e bens. Há dois pontões que entram no mar, a costa é em forma de meia-lua. Num dos pontões, desembarcavam os europeus, no outro, os serviçais. “As ilhas tornam-se entreposto obrigatório”, continua a historiadora. “Era um local de transacção importante para o comércio colonial.”

Depois da cana-de-açúcar, inicia-se o ciclo do café, e a seguir o do cacau, em 1822. Põe-se, assim, a questão da mão-de-obra. Quem produz? É nesta altura que começa o policiamento do Atlântico, pondo em prática as ideias humanistas vindas da revolução francesa e em xexque a escravatura.

“As ilhas são tidas como local de tráfico e punha-se o problema de se eliminar o tráfico. A Inglaterra [que faz a abolição da escravatura em 1833] é que toma a posição de fazer o policiamento do Atlântico no sentido de pôr em ordem aqueles que continuavam a praticar o tráfico clandestino de escravos.”

E lembra que o tráfico não era “uma tarefa meramente europeia”, mas também de alguns são-tomenses. “No século XVI, temos uma portaria do rei a dizer que filhos de portugueses com escravas já eram, pela sua miscigenação, portugueses. São essas pessoas que serão traficantes de escravos.”

Só em 1875 é que seria abolida a escravatura em São Tomé e Príncipe. Na verdade, o trabalho forçado continuou, em moldes que muitos historiadores como Nazaré Ceita comparam à escravatura: aliciava-se mão-de-obra das outras colónias, sobretudo de Cabo Verde, onde havia grandes secas e fomes, e de Angola, Moçambique, Golfo da Guiné e Serra Leoa para trabalharem como serviçais. Embora oficialmente esse regime de trabalho forçado tenha sido abolido em 1962, na prática vigorou até ao final da colonização.

Nazaré Ceita relembra que o processo de transição da escravatura para o trabalho forçado foi difícil porque os antigos trabalhadores não queriam contratar-se com os patrões devido aos maus tratos e castigos corporais que haviam sofrido.

“Grande parte desses trabalha-

dores abandonaram as suas antigas posições para virem concentrar-se nesta cidade à procura de novos postos de emprego que não [encontraram]. Para o trabalho forçado, vão-se estabelecer contratos de trabalho de três a cinco anos e infelizmente não eram exequíveis, pois muitos dos que vinham não conseguiam regressar. Havia manobras dos patrões para, no momento de atingir o fim do contrato, não os deixarem regressar. Em Angola, os sobas insurgiram-se contra a contratação para São Tomé e Príncipe porque os seus pares não regressavam.”

Porém, houve mesmo quem recusasse ser contratado, como os forros, o grupo maioritário da população são-tomense. Quando trabalhavam nas roças, era com emprego a prazo, “jamais como contratados”.

Curadoria-Geral dos Serviçais e Colonos

Numa rua perto da antiga Alfândega, lugar que antes era a Curadoria-Geral dos Serviçais e Colonos de São Tomé e Príncipe, criada para fiscalizar o trabalho dos serviçais e contratados, Nazaré Ceita recorda a imagem que se teria repetido vezes sem conta entre 1875 e 1974: os trabalhadores a passarem “por essa rua amarrados, em fila, uns atrás dos outros, para serem inscritos ou confirmados como trabalhadores e depois distribuídos pelas diferentes roças”.

Os serviçais, depois de serem inscritos, “eram atirados para um barracão até que viessem os patrões para os receber”. Com contratos assinados nos países de origem, onde se definiam as horas de trabalho, a comida, o alojamento, quais eram os materiais de trabalho, a vida dos serviçais “era semelhante à vida militar”.

“Quando se levantavam de manhã, tinham de se posicionar em fila para lhes serem distribuídas as tarefas, para serem controlados. Era a altura de receberem reprimendas mediante determinadas queixas – essas reprimendas podiam ser prisões na própria roça ou fora das roças. Há relatos de chicotadas, de toda a espécie de humilhação. Isso durou até 1974.

A escravatura terminou, no papel e na prática, no século XIX em vários países. Mas em São Tomé e Príncipe, até à independência no século XX, houve “todo um manancial de humilhações de trabalho forçado” que seriam facilmente confundidas com um regime de escravidão.

Esta reportagem foi realizada em parceria com:

FUNDAÇÃO
FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS